



CONVERSA NA SALA DO CAFÉ

Profa. Dra. Jaqueline Telma Vercezi¹

Por Revista Geoingá – Prof. Dr. Pedro Henrique Carnevali Fernandes²

É com muita satisfação que lançamos a sétima edição da *Conversa na sala do café*. Nesta edição, conversamos com a Professora Doutora Jaqueline Telma Vercezi, docente no Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Entre os assuntos comentados, destacamos as explicações acerca da metropolização do espaço geográfico.

Boa leitura e cuide-se!

Palavras chave: Jaqueline Telma Vercezi. Metropolização. Regiões Metropolitanas.



Figura 1. Profa. Dra. Jaqueline Telma Vercezi

Fonte: Arquivo pessoal (2019)

¹ Doutora em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professora Adjunta da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: jaqgeo@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0027865965835220>.

² Entrevista realizada em 11 de dezembro de 2020 de forma remota devido à pandemia de Covid-19, instalada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020.

Revista Geoingá: Professora Jaqueline, gostaria de iniciar agradecendo, profundamente, a disponibilidade para esta entrevista, sobretudo no atual contexto de Pandemia da Covid-19. Por isso, estamos fazermos esta entrevista de forma remota. Na tese de Doutorado, a senhora estudou o Meio Técnico-Científico-Informacional e o Espaço Relativizado na Região Metropolitana de Maringá. Quais foram os principais resultados da pesquisa?

Jaqueline: O espaço onde há concentração de infraestruturas e acumulação de capital social acaba por proporcionar maiores possibilidades aos investimentos tanto de ordem nacional quanto internacional, logo, devemos considerar as regiões metropolitanas como lócus de atração/inserção e dinamização do capital, da cultura e, conseqüentemente, das tecnologias associadas não só da produção, mas também da informação e das telecomunicações. Observou-se que as integrações e ações podem ser mais bem equacionadas entre municípios que apresentam afinidade diante da área de expansão do espaço econômico industrial, das principais vias de acesso à cidade polo, dos movimentos pendulares diários a trabalho, estudo e/ou consumo das ligações telefônicas para a cidade polo. Enfim, maiores afinidades, possibilitando maior fluxo e trocas entre, não só os municípios conurbados, mas também dos que estão mais próximos e apresentam maior dinamismo e interação com a cidade polo. Efetivamente, os municípios ora instituídos por Leis Complementares, em sua maioria, não apresentam as características de fluxos e vínculos socioeconômicos, nem conurbação ou proximidade das manchas urbanas também necessárias para o reconhecimento de uma região metropolitana. Defendo a ideia de que não podemos comparar as metrópoles instituídas na década de 1970, das que foram criadas após a Constituição de 1988, pois as nove primeiras já estão em um processo de gestão política, dinâmica econômica e social, décadas à frente do processo presente na maioria das regiões metropolitanas instituídas recentemente. Na realidade da maioria dos municípios que foram inseridos na RMM, apontamos que os argumentos políticos utilizados quanto às necessidades em relação aos recursos, projetos de desenvolvimento e iniciativas voltadas para a reordenação produtiva, podem ser dinamizadas pelo consórcio municipal AMUSEP que por décadas atua em praticamente todos os municípios da RMM, principalmente na área de saúde, podendo vir a dinamizar outros segmentos socioeconômicos. Aponto que os municípios que apresentam maior pertinência em estarem inseridos em um processo de metropolização são: Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Jandaia do Sul, Paiçandu e Floresta. Mesmo estes municípios apresentam fragilidades de inserção nos padrões de regiões metropolitanas segundo o ponto de vista de muitos cientistas que abordam a questão, embora reforçamos também a fragilidade de discussões pragmáticas ao considerar aspectos quantitativos na defesa do que concretamente seja uma região metropolitana. Os

Geoingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia
Maringá, v. 12, n. 2, p. 180-186, 2020
ISSN 2175-862X (on-line)

direcionamentos que estão sendo tomados sinalizam para o desenvolvimento local/regional com base na mobilização de inúmeros agentes em busca de políticas de desenvolvimento que venham planificar a participação da sociedade civil organizada e das lideranças políticas, em prol da implementação de estratégias próprias de desenvolvimento principalmente no setor industrial. A hipótese de que há uma significativa influência de uma elite com força e influência política que vem estimulando um processo de crescimento e de investimento direcionados à estruturação de um polo tecnológico na cidade de Maringá pode sim ser defendida, uma vez que a FIEP, o SEBRAE, o SENAE, juntamente com a Incubadora Tecnológica de Maringá, as instituições do ensino superior (contemplando a implantação de mais cursos tecnológicos e desenvolvendo inúmeros projetos de pesquisas), o CODEM e a Prefeitura, dentre outras instituições, estão direcionando ações para a sua concretização. Esse processo que está sendo gestado ultrapassa os limites da cidade polo. Logo, as políticas que estão sendo traçadas incluem e estimulam a instalação de empresas nos municípios menores e próximos à Maringá. A inserção da RMM no planejamento voltado para o desenvolvimento a longo prazo é uma realidade que trará prosperidade para a RMM uma vez que se intencionam investimentos em áreas produtoras de tecnologia, como as instituições de ensino e indústrias, através de cooperações entre o poder público e o privado. Ao levar em conta o processo socioespacial da região, do processo produtivo e seu desenvolvimento, nos permitiu considerar características socioeconômicas e político- culturais que têm balizado o desenvolvimento industrial na região. Logo, não fazer referência à teoria schumpeteriana para respaldar o dinamismo que está sendo gestado pela ação de uma elite empreendedora não seria justo e tão menos pertinente frente à realidade instaurada recentemente; mas ignorar a participação e contribuição dos que outrora eram pequenos proprietários associados a atividades da agroindústria local também não se faz apropriado para o contexto econômico de alguns municípios que compõem a RMM nos tempos atuais. Com relação ao meio técnico-científico-informacional associado ao perfil industrial no contexto da RMM, constatou-se concretizações convergentes de modernização local, representando em alguns ramos apenas a adaptação de atividades já existentes a um novo grau de modernismo. Em outros ramos da indústria de transformação, foi identificado a consolidação meio-técnico-científico-informacional de baixa tecnologia em apenas alguns municípios desta região, graças às tecnologias que estão sendo empregadas no processo produtivo e de gestão das empresas. Outro aspecto a ser destacado é a estruturação de modernos laboratórios de pesquisa nas instituições de ensino superior, que vêm dinamizando parcerias com as empresas na busca de inovações. O maior exemplo citado foi o Laboratório de Pesquisas em Produtos Naturais e Biotecnologia (LABIPROS) construído dentro da Universidade Estadual de

Georgina: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 12, n. 2, p. 180-186, 2020
ISSN 2175-862X (on-line)

Maringá, em parceria público/privado. Torna-se importante salientar a necessidade de políticas que venham estimular a criação de indústrias de bens de capital nos segmentos identificados com maior intensidade tecnológica como química, incluindo farmoquímica e farmacêutica, softwares, eletrônica e semicondutores. Esses segmentos, além de dinamizar sustentavelmente a região, poderão contribuir para um rearranjo produtivo e econômico em escala nacional, impulsionando a cultura de inovação necessária para nosso país. Ainda, a estratégia a ser aprofundada associa-se à convergência de pequenas e médias empresas para as pequenas cidades próximas à Maringá, proporcionando um elo de produção e potencialização multiplicadora de sistemas produtivos já existentes e, ao mesmo tempo, criar estratégias que estimulem um processo de inovação permanente; pensando em reterritorialização de políticas que venham refletir em transformações espaciais que possam espelhar a cooperação entre agentes locais em âmbito regional já que se precisa pensar a configuração metropolitana. A consolidação do papel regional da referida região metropolitana incorporou gradativamente conteúdos próprios em inovações tecnológicas; daí a afirmar que houve um rearranjo na organização produtiva até então existente em função dessas tecnologias e que elas estão contribuindo para que ocorram novas dinâmicas e produtividades territoriais entre os municípios instituídos neste recorte espacial, é uma afirmação perigosa. Algumas transformações foram identificadas, como aumento no número de indústrias, utilização de softwares e maquinários com alta tecnologia pelas indústrias de maior porte e implantação de novos parques industriais em algumas cidades da RMM como Sarandi, Paiçandu, Mandaguaçu, Marialva, Mandaguari, Jandaia do Sul e Astorga. Porém, a grande maioria delas está fora do perfil associado ao emprego de tecnologias em uma forma mais contundente. O destaque está, em todos os aspectos do processo produtivo, centrado na cidade de Maringá e se não é possível afirmar que existe um real e concretizado polo tecnológico, podemos sim pensar que toda a estrutura existente está tendenciando para que em breve ele venha a ser consolidado.

Revista Geoingá: Aproveitando o tema “Região Metropolitana”, trata-se de um assunto relevante e complexo na Geografia brasileira. Diversos pesquisadores questionam a existência concreta de algumas regiões metropolitanas no Brasil. No Paraná, o ex-governador Beto Richa autorizou, em 2015, a criação da RM de Apucarana, RM de Campo Mourão, RM de Cascavel e a RM de Toledo. Além delas, outros sete projetos estão em andamento para formação de outras regiões metropolitanas. Se eles forem aprovados, praticamente todos os municípios do Estado estarão em regiões metropolitanas. Como a senhora avalia esse contexto?

Jaqueline: Destaco que a criação de todas as Regiões Metropolitanas citadas no questionamento reforça a grande lacuna existente entre o verdadeiro significado de uma Região Metropolitana e todos os seus processos e dinâmicas que possam estar inseridos nelas e o entendimento político que a Constituição de 1988 vem possibilitando aos representantes do poder legislativo estadual quanto à estruturação delas. Evidencio a discrepância entre o fato político e a realidade efetiva do que esteja condizente com as características verdadeiramente metropolitanas. Acredito que os direcionamentos das ações políticas venham, mesmo que superficialmente envolvidos pela intenção de facilitar a articulação entre o Estado e os Municípios e entre os próprios municípios, precedendo e intencionando a integração preconizada pela Lei. É importante salientar que ações essas até agora não estão sendo concretizadas devido à ausência de um processo de gestão integrado e de políticas e direcionamentos do Estado. Logo, as poucas concretizações direcionadas no sentido de efetivação das Regiões Metropolitanas em questão estiveram e estão voltadas mais para a articulação política e as intenções subliminares envolvidas com tais institucionalizações do que para a execução e efetivação de projetos que envolvam os municípios em tais recortes territoriais propriamente ditos.

Revista Geoingá: Professora Jacqueline, a senhora já desenvolveu, entre 2015 e 2018, um projeto de pesquisa sobre o capital e o trabalho na economia urbana do espaço metropolitano de Londrina. Como a senhora avalia o quadro geral da estrutura setorial da economia urbana nesse espaço estudado?

Jaqueline: Avalio que as transformações mais recentes estão atreladas a uma maior articulação dos governos locais e iniciativas privadas, principalmente, quanto à realização de estudos e projetos que lhes permitam elaborar planos estratégicos de desenvolvimento econômico, embora muitas ações sejam também pontuais e isoladas. Nos processos produtivos atuais parece haver uma interação significativa entre número de trabalhadores, grau de mecanização, escala de produção da indústria e número de estabelecimentos. Nesse sentido, é que as análises foram mais profícuas com relação ao número de vínculos empregatícios no segmento da indústria de transformação, respaldando as dinâmicas instauradas, principalmente, nos municípios mais próximos à realidade de Londrina, como Arapongas, Cambé, Ibiporã e Rolândia. Logo, a desconcentração do processo produtivo da indústria de transformação no aglomerado analisado, se faz vinculados aos municípios que estão no eixo viário da rodovia PR-369 se considerados os índices apresentados. Londrina apresenta uma dinâmica econômica de maior geração de empregos no setor terciário da economia com maior expressividade no segmento de serviços, seguido pelo comércio. Mediante tal contexto, direcionamos reflexões no sentido de pensar o

eixo viário em questão, como um dos elementos que respaldaram a articulação do capital e das próprias dinâmicas em rede do processo produtivo industrial. Tal processo nos possibilita identificar o espraiamento da aglomeração industrial para além do recorte territorial da instituída RML, onde articulações significativas vinculam-se com as dinâmicas produtivas do município de Apucarana que se encontra no mesmo eixo viário e está a 54 quilômetros de Londrina e apenas 17,6 quilômetros de Arapongas. Frente a essas relações, a economia da aglomeração passa a funcionar como um todo integrado ou em processo de integração que nos permite pensar a caracterização setorial em uma perspectiva pautada nas transformações nos estabelecimentos e no emprego. O próprio perfil das empresas e os eventuais impactos vinculados à consolidação do meio técnico-científico-informacional e da ampliação da mobilidade do capital na dinâmica econômica presente na referida aglomeração é que nos leva a pensar um novo contexto da economia no recorte territorial associado ao eixo da PR-369

Revista Geoingá: Gostaria que a senhora recomendasse um livro para nossos leitores.

Jaqueline: Vindo de encontro à ampla temática que a Geografia me instigou a estudar e ainda fomentou a busca pela compreensão de um fenômeno recente no mundo gerado pela Covid-19, sugiro a obra publicada recentemente: “Pandemia, espaço e tempo: reflexões geográficas”, publicada pela Editora PGE/UEM – Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, em 2020 (acesso pelo link: <http://www.pge.uem.br/pge-editora>). Recomendo ainda uma obra clássica imprescindível para a análise do contexto mundo: “A Sociedade Em Rede - A Era da Informação”, de Manuel Castells, publicado pela Editora Paz e Terra. Uma obra que propõe uma análise dos efeitos da tecnologia na vida urbana, nas dinâmicas econômicas e ainda na natureza do tempo. Por ser um renomado cientista social ele aborda os pilares da sociedade frente às transformações que estamos vivenciando na contemporaneidade.

Revista Geoingá: Professora, quero trazer para o debate o tema da pandemia de Covid-19. Este é um cenário bastante complexo. A senhora sugeriu um livro que é, justamente, o tema desta pergunta. Recentemente, a senhora publicou um capítulo no livro “Pandemia, espaço e tempo” (2020), abordando a disseminação da Covid-19 a partir da rede urbana e da metropolização. É possível firmar que, no início da pandemia, houve um movimento hierárquico na disseminação da doença, no sentido metrópoles → áreas metropolitanas → cidades médias → pequenas cidades? Nessa “possível segunda onda” (para muitos trata-se da continuação da primeira), como as redes podem influenciar na disseminação do vírus?

Jaqueline: O adensamento populacional em diferentes partes do mundo nos remete ao processo que intensifica a disseminação do vírus devido às relações vinculadas aos volumes demográficos, às decisões políticas e às atividades econômicas e sociais e aos fluxos que eles geram. Logo, as ligações entre as cidades possibilitam delinear suas áreas de influência e esclarecer a articulação das redes no território advindas de tais fluxos. O papel urbano que uma localidade exerce dentro da concepção das localidades centrais não pode ser igualmente desempenhado por uma localidade com menores fixos e fluxos, mas sim a permuta e a complementaridade entre eles. O polo, na grande maioria das vezes, exerce o papel disseminador de processos e estruturas e de receptor de mão de obra; e o município polarizado, ao mesmo tempo em que oferece força de trabalho, usufrui também dos serviços e segue sendo influenciado material e imaterialmente pelos polos maiores. Logo, na “segunda onda” o fluxo na rede urbana permite compreender a relação com a disseminação do vírus em decorrência da grande circulação de pessoas, mercadorias e atividades econômicas entre os municípios. Quanto maior o número de relações entre os municípios, maior a propensão à disseminação da Covid-19.

Revista Geoingá: Professora Jacqueline, mais uma vez, quero agradecer a disponibilidade e, principalmente, as enriquecedoras contribuições. Foi uma entrevista de muito aprendizado. Para finalizar, gostaria que a senhora deixasse um comentário aos leitores da Revista Geoingá sobre as principais motivações para estudar o tema metropolitano na Geografia.

Jaqueline: Considero que o estreitamento das relações entre municípios torna-se substancialmente complexo, exigindo adequações de planejamento e gestão, das cidades envolvidas, que devem adaptar-se a esta nova realidade, pois as amplitudes dos problemas tomam proporções que o município isolado não teria. Ao mesmo tempo reafirma uma condição de desenvolvimento que associado ao significado político, acaba enaltecendo e atraindo para si a falta de sustentabilidade institucional, financeira e política que a institucionalização da Região Metropolitana apresenta quando ainda não funciona. Logo, estudar regiões metropolitanas é investigar as significativas densidades de concentrações de atividades e de decisões econômicas, de poder político, de difusão de inovações e de volumes demográficos. Inter-relacionando possíveis abordagens espaciais e justificando essa configuração socioeconômica regional dos municípios que a compõem para que se possa subsidiar inferências de (re)ordenação necessárias nas/das dinâmicas presente nesta intensa, expressiva e volumosa configuração territorial.